

Pastor acusado de pedir propina esteve 35 vezes no Palácio do Planalto

LOBISTAS ÍNTIMOS DO PLANALTO

Pivô de esquema no MEC foi 35 vezes à sede do governo

DANIEL GULLING, JUSSARA SOARES, AGURRE TALENTO E PATRIK CAMPOREZ

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) voltou atrás e decidiu divulgar os registros de entradas no Palácio do Planalto dos dois pastores que faziam lobby no Ministério da Educação. Arilton Moura, acusado por perfeitos de pedir propina para ajudar a destruir recursos na pasta, esteve 35 vezes na sede da presidência desde 2019 e Gilmar Santos, dez vezes no mesmo período. Seis das idas de Moura ao local ocorreram depois de a Controladoria-geral da União (CGU) ter aberto uma investigação sobre o caso.

O ministério que mais aparece na relação de acessos dos pastores é Casa Civil, com 19 registros, 11 deles durante a gestão de Ciro Nogueira, iniciada em julho do ano passado, e oito na passagem de Onyx Lorenzoni pela pasta, que foi de janeiro de 2019 a fevereiro do ano seguinte. Na sequência vem a Secretaria de Governo (Segov), informada como destino de 17 vezes, sendo dez na gestão de Carlos Alberto dos Santos Cruz (janeiro e junho de 2019) e seis na de Luiz Eduardo Ramos (julho de 2019 a março de 2021).

Aparecem ainda dois registros de compromissos dos religiosos no gabinete do presidente Jair Bolsonaro. Os dados contrariam informações disponíveis na agenda do chefe do Executivo. Nela há quatro encontros do presidente com os religiosos, três deles no palácio e outro no MEC,

na companhia do então ministro Milton Ribeiro, que perdeu o posto em meio às denúncias sobre a atuação dos pastores no ministério.

Em dois dias em que os pastores estiveram no Planalto — 24 de fevereiro de 2021 e 16 de fevereiro deste ano —, ambos tiveram reuniões no prédio do MEC horas depois com Milton Ribeiro e com prefeitos de municípios do Maranhão.

BOLSONARO CONSULTADO

A decisão de abrir os dados foi autorizada pelo próprio presidente da República, já que seus encontros com os dois pastores já haviam sido divulgados. Ao divulgar as informações, a presidência tenta tirar a pressão da antessala de Bolsonaro a seis meses da eleição.

O coronel Augusto César Barbosa Vareda, que foi chefe de gabinete de Santos Cruz, confirmou ao GLOBO ter recebido os pastores duas vezes. Segundo ele, numa das ocasiões, a dupla entrou em contato com o argumento de que desejava entregar a Bolsonaro um convite para um congresso internacional de evangélicos que ocorreria entre abril e maio de 2019, em Santa Catarina.

— Eles sempre apareciam lá com esses convites e insistiam em ter contato com o presidente, mas eu dizia que ali não era lugar para isso e que qualquer pedido de agenda ou convite no protocolo-geral da Presidência. Só lembro de tê-los recebido duas vezes. Outras vezes, não sei. Podem ter dito que iam lá e não foram — disse Vareda.

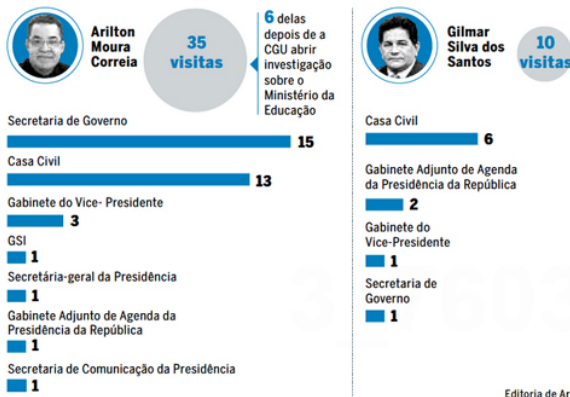
As informações liberadas ontem são coletadas pelo sis-



Reza. Bolsonaro em um dos encontros que teve com os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos no Planalto: suspeitos de pedir propina em esquema no MEC

AS VISITAS DOS PASTORES AO PALÁCIO DO PLANALTO

Governo recuou e divulgou presença de religiosos suspeitos de atuar em esquema de corrupção no MEC



tema que controla o fluxo da portaria do Palácio, onde os visitantes precisam dizer em qual departamento pretendem ir, embora nem sempre lhes é exigido que detalhem com quem vão se reunir. A entrada só é liberada mediante autorização do referido setor. Esse tipo de informação é diferente daquelas que constam da agenda do presidente e dos ministros, por exemplo, pois nem todos os encontros das autoridades são divulgados.

Como O GLOBO revelou

na quarta-feira, o GSI, comandado pelo ministro general Augusto Heleno, homem de confiança do presidente, havia imposto sigilo sobre os dados relacionados às vezes em que os pastores estiveram no Planalto. A negativa ocorreu após a reportagem solicitar as informações por meio da Lei de Acesso à Informação. O ministério, responsável pela segurança do chefe do Executivo, alegou que a veiculação poderia pôr a vida de Bolsonaro e seus familiares em risco. Argumentou ainda

que o veto estava emparado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A alegação contraria um posicionamento firmado pela CGU no ano passado. Num parecer elaborado em maio de 2021, o órgão estabelece que a divulgação de registros de acesso a prédios públicos tem "um papel relevante no controle social, pois os dados têm potencial de indicar os contatos e as agendas de autoridades públicas, bem como de prevenir eventual conflito de interesse".

Embora não tivessem qualquer vínculo com a administração pública, ambos intermediavam reuniões de prefeitos com Ribeiro. O caso foi relevado pelo jornal "O Estado de S.Paulo". Além disso, prefeitos de diferentes cidades acusam Arilton Moura de cobrar propina para ajudá-los a destruir verbas que eles pleitearam junto à pasta. De acordo com um dos prefeitos, Moura atuava em parceria com Santos e o pagamento da contrapartida poderia ser dar até por meio da compra de bíblias, conforme revelou O GLOBO. A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar as denúncias.

Procurado, Santos Cruz disse que não se recorda da visita dos pastores:

— Não lembro de ter recebido essas pessoas, nem de assunto nenhum. Eles podem ter entrado e ido para outros locais para falar com outras pessoas.

Hamilton Mourão também alegou que não lembra do que foi tratado com os pastores e que vai "avenuar" a questão. O GLOBO também procurou os ministros Ciro Nogueira e Luiz Eduardo Ramos, mas não houve retorno. A assessoria do GSI afirmou que não sabia dizer o motivo da ida do pastor Moura à pasta. A reportagem também entrou em contato com o ex-ministro e deputado Onyx Lorenzoni (PL-RS), mas ele também não respondeu.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4